

O estatuto profissional das relações públicas em Portugal é aqui estudado através da variável ensino superior em Ciências da Comunicação/Relações públicas. Através do estudo empírico aplicado a profissionais e docentes especializados nesta área da comunicação esta investigação ambiciona analisar até que ponto o ensino superior prepara os alunos para se tornarem profissionais. As diferentes percepções documentadas permitem analisar as competências e características pessoais que melhor descrevem o perfil ideal de um licenciado; o nível de preparação do recém-licenciado à entrada no mercado de trabalho; determinar o elenco curricular ideal; e, definir os critérios essenciais ao reconhecimento do estatuto da profissão de relações públicas. Em última análise, pretende-se definir as forças e fraquezas do ensino ministrado na preparação dos futuros profissionais, numa perspectiva pedagógica mas também do próprio mercado de trabalho, com o intuito de perceber não apenas como a educação contribui para a profissão mas sobretudo, para identificar as áreas em que o ensino deve ser melhorado.

Revisão Bibliográfica

A questão sobre se as Relações Públicas (RP) são uma profissão ou apenas uma habilidade tem sido muito debatida ao longo da última década, especialmente por investigadores norte americanos e do Reino Unido. Através da bibliografia consultada para efectuar este estudo tentou-se documentar a percepção de investigadores, docentes e profissionais sobre o actual status da profissão de RP, quais os critérios mais importantes para fundamentar e desenvolver o seu grau de profissionalismo e, fundamentalmente, qual o contributo da educação nessa mesma busca.

Muitos autores (Agee et al. 1992; Hainsworth 1993; Sallot et al. 1998b; Wylie 1994) são da opinião de que as RP ainda têm muito que caminhar para provarem que são e que devem ser reconhecidas como uma profissão. Os critérios característicos desta profissão são discutidos tanto por autores da especialidade (Sallot et al. 1998b; Wylie, 1994) como por Associações Profissionais Nacionais e Internacionais de RP (Gonçalves, 2006). Com base nestas análises podem-se identificar os 7 principais critérios que de seguida foram utilizados para avaliar a opinião de docentes e profissionais sobre a profissão de RP:

1. Seguir um código deontológico e de conduta profissional.
2. Comprometer-se a servir o interesse público e a ser socialmente responsável.
3. Desenvolver competências técnicas e de investigação (competências técnicas inclui escrita, expressão oral, planificação, etc.; competências em investigação como a habilidade para conduzir investigação quantitativa e qualitativa através de sondagens, entrevista, *focus groups*, etc.).
4. Ser membro de organizações profissionais (APECOM, IPRA, IABC, ICCO, etc.).
5. Providenciar um serviço único à organização e à comunidade (o profissional de RP está especialmente preparado para oferecer um serviço de aconselhamento que não pode ser dado por qualquer outro tipo de profissional).
6. Apostar na formação contínua, seja em pós-graduações académicas seja em cursos de aperfeiçoamento técnico.
7. Estabelecer relações continuadas com instituições de ensino superior (quer seja através da oferta de estágios quer da participação em workshops ou seminários).

Sobre o papel da educação superior em RP para elevar o status da profissão pode-se observar que muitos autores advogam a necessidade de treino especializado e continuado (Grunig 1989; Sallot 1997, 1998; Turk 1989; Van Leuven 1989) e também, a urgência de chegar a um consenso sobre o qual o curriculum de educação em RP ideal (Sallot 1997, 1998; Van Leuven 1989). Sallot et al (1997, 1998a) descobriram que educadores e profissionais têm visões diferentes sobre a profissão e concluíram que, para melhorar a educação, primeiro é necessário estar de acordo sobre quais são os

padrões profissionais e qual o curriculum de RP mais apropriado. Certamente que a falta de consenso torna difícil definir exactamente o que são as RP e como podem contribuir para o sucesso das organizações.

O facto do campo académico e científico das RP ser relativamente novo pode explicar a dificuldade em encontrar um consenso sobre quais as disciplinas centrais e os conteúdos essenciais à formação superior em RP. No entanto, a maioria dos autores defendem que os estudantes de RP devem receber uma ampla educação em ciências sociais e humanidades em conjunto com disciplinas mais especializadas de RP. Alguns desses investigadores recomendam que os estudantes de RP recebam formação em psicologia, sociologia e humanidades (Falb 1992; Kruckeberg 1998; Van Leuven 1989a) e outros realçam a importância de conteúdos de gestão, direito, economia e história (Heath 1991). Na opinião de Kruckeberg (1998) os estudantes de RP também devem possuir conhecimentos e competências técnicas no âmbito do jornalismo e da comunicação de massas.

A inclusão de cadeiras de gestão e economia na educação em RP é uma das recomendações mais redundantes (Berkowitz 1999; Falb 1992; Grunig 1989; Heath 1991; Kinnick 1994; Turk 1989; Van Leuven 1989). Este facto é compreensível uma vez que, tal como Sriramesh e Hornaman defendem, existem poucas dúvidas sobre o facto das RP se terem vindo a afirmar cada vez mais como “management-based and strategy driven” (Sriramesh et al 2006, 159).

Outras disciplinas muitas vezes mencionadas como essenciais à boa formação em RP são a Teoria das RP e as Técnicas de investigação (Grunig 1989; Heath 1991). Segundo Grunig (1989), um dos maiores benefícios em introduzir os estudantes na teoria das RP advém da possibilidade de eles poderem vir a contribuir no futuro para desenvolver o seu corpo de conhecimento. Também Heath (1991) corrobora a importância de conduzir investigação útil e rigorosa em RP, que contribua para aumentar a respeitabilidade deste campo científico.

Finalmente, a mais curiosa recomendação é sem dúvida a referencia à inclusão da Ética e Deontologia no currículo de RP (Grunig 1989; Heath 1991; Turk 1989; Pratt et al 1989). Tendo presente as muitas vozes críticas que se referem a RP como eufemismo para manipulação, propaganda ou *spin*, dar relevo à educação ética talvez seja uma das suas melhores defesas. Porque como Pratt and Rentner (1989: 53) argumentam, “high ethical standards in the practice are seen as substantially contributing to the professionalization of the occupation”.

Em suma, muitos são os investigadores do campo das RP que defendem a educação superior como um factor chave para fazer evoluir a profissionalização desta ocupação. E é com base nas suas opiniões que se identificaram as seguintes questões de investigação:

1.
 - a) Qual a percepção dos docentes de comunicação/RP em relação ao curriculum actual de ensino superior em RP?
 - b) Qual a percepção dos profissionais de Comunicação/ RP em relação ao curriculum actual de ensino superior em RP?
2.
 - a) Qual a opinião dos docentes de comunicação/RP em relação ao curriculum ideal de ensino superior em RP?
 - b) Qual a opinião dos profissionais de comunicação/RP em relação ao curriculum ideal de ensino superior em RP?
3.
 - a) Qual a opinião dos docentes de comunicação/RP quanto à preparação dos recém-licenciados à entrada no mercado de trabalho?
 - b) Qual a opinião dos profissionais de Comunicação/RP quanto à preparação dos recém-licenciados à entrada no mercado de trabalho?

4.

- a) Qual a percepção dos docentes de Comunicação/ RP sobre o perfil ideal do profissional de RP?
- b) Qual a percepção dos profissionais de Comunicação/ RP sobre o perfil ideal do profissional de RP?

Metodologia

Um estudo exploratório através de questionário auto-administrado via e-mail foi o método utilizado para reunir dados sobre profissionais e docentes de RP em Portugal. A amostra de docentes a inquirir foi formada apenas com base nos cursos de ensino superior público e os contactos obtidos no acesso directo aos sites institucionais das universidades que ministram cursos de graduação na área das Ciências da Comunicação/RP. A amostra de profissionais a estudar foi delimitada através da consulta dos sites das Associações profissionais de Comunicação e RP (APECOM e APCE) e da Associação Portuguesa de Municípios Portugueses uma vez que, se pretendia obter respostas de profissionais que desenvolvem funções em departamentos internos de Empresas/Instituições mas também de profissionais que pertencem a agências de comunicação especializadas¹. A partir de uma amostra de 120 indivíduos obtiveram-se 57% de respostas válidas, divisíveis em 4 grupos distintos: Docentes, profissionais de empresas, câmaras municipais e agências de comunicação.

O inquérito de opinião foi aplicado entre Abril e Junho de 2007 via e-mail onde se explicava o objectivo do estudo e se solicitava o preenchimento de um questionário através do acesso ao site criado especialmente para a ocasião.² O inquérito foi constituído com base em 6 questões fulcrais. Na primeira questão inquiria-se sobre o grau de importância a atribuir a uma lista de competências técnicas e características pessoais na definição do perfil ideal do licenciado em Ciências da Comunicação/RP e se esta lista seria suficiente para descrever esse mesmo perfil. Na segunda questão pretendia-se obter a opinião dos inquiridos sobre a importância para a formação superior em RP de 25 disciplinas ou áreas de estudo e, qual a percepção de docentes e profissionais sobre o relevo que lhes é atribuído actualmente nos currículos em vigor. Os inquiridos foram também questionados sobre qual a localização departamental mais indicada para uma licenciatura em RP no ensino superior e qual as áreas de pós-graduação mais indicadas para a prossecução de estudos no ensino superior na terceira e quarta questão. Com a quinta pergunta pretendia-se obter a opinião dos inquiridos que já trabalharam com estagiários de RP sobre o grau de preparação dos recém licenciados. Finalmente, foi pedido a todos que ordenassem por ordem de importância os sete critérios que caracterizam ou podem contribuir para o profissionalismo das RP.

Apresentação crítica dos resultados

A investigação desenvolvida ambiciona analisar o estatuto da profissão de RP em Portugal através da variável ensino superior em Comunicação/RP. Com a aplicação de um estudo exploratório junto de docentes e profissionais especializados em RP e comunicação aplicada pretende-se definir as forças e fraquezas do ensino ministrado na preparação dos futuros profissionais, não só numa perspectiva pedagógico-científica mas também na visão do próprio mercado de trabalho.

O ensino superior em comunicação tem vindo a expandir-se de forma exponencial, sobretudo desde o *boom* dos cursos de Ciências da Comunicação na década de 1990. Curiosamente, entre a

¹ Associação Nacional de Municípios portugueses (ANMP): www.anmp.pt (acedido em Abril de 2007);
Associação Portuguesa de Empresas de Conselho em Comunicação (APECOM): www.apecom.pt (acedido em Abril de 2007);
Associação Portuguesa de Comunicação de Empresa: www.apce.pt (acedido em Abril de 2007).

² <http://bocc1.ubi.pt/~inqueritos/2007/gisela.goncalves-a.educacao.em.rp/>

oferta de 43 cursos distribuídos por diferentes instituições de ensino superior público e de ensino superior particular e cooperativo apenas 6 cursos contêm as palavras Relações Públicas na sua denominação. Por ano, segundo dados do Ministério da Educação, o ensino superior português disponibiliza cerca de 2500 vagas para todos os alunos que ambicionam seguir carreiras ligadas ao Jornalismo, Relações Públicas, Comunicação audiovisual ou Publicidade.³

Apesar da juventude desta área de estudos consegue-se observar a sua forte presença no mercado de trabalho, tanto em departamentos de comunicação de diferentes tipos de organizações como, em empresas especializadas em consultoria de comunicação. A grande maioria dos profissionais inquiridos é formada em Ciências da Comunicação (77%), seguindo-se 9% em Economia/Gestão de empresas, 4% em Relações Internacionais e, os restantes 10% subdividem-se por áreas de graduação muito diferenciadas (Filosofia, Sociologia, Psicologia, Design Multimédia e Educadores de Infância).

Tendo presente a heterogeneidade dos profissionais inquiridos, os dados que a seguir se analisam são tratados através da comparação entre 2 grupos: grupo docente/grupo profissionais. Sempre que pertinente esta comparação desenvolve-se mais especificamente entre o grupo docente e o grupo de profissionais subdividido em 3 subgrupos: empresas; câmaras municipais e agências de comunicação.

a) Perfil ideal de um licenciado em Relações Públicas

Com base na revisão bibliográfica, os inquiridos foram questionados sobre a importância de 11 competências técnicas e características pessoais para caracterizar um licenciado em Ciências da Comunicação/RP. Os resultados indicaram a existência de um consenso entre docentes e profissionais sobre a importância dessas variáveis. A maioria dos inquiridos de ambos os grupos assinalou os 11 itens como “importantes” ou “muito importantes”. O “Domínio da língua portuguesa escrita e oral” foi o elemento mais consensual da listagem, com 100% dos docentes e 98% dos profissionais a considerarem muito importante para caracterizar um profissional de RP. Segue-se de perto o acordo quanto à importância da “Sensibilidade na comunicação interpessoal”, com 80% dos docentes e 82% dos profissionais.

“Competência na planificação de estratégias de comunicação”, “Pró-actividade na resolução de problemas e negociação de conflitos” e “Eficiência na produção de mensagens para diferentes meios” seguem na lista das variáveis consideradas muito importantes por ambos os grupos de inquiridos. Menos claro é o facto de 40% dos profissionais considerar muito importante o “Domínio das técnicas de análise e segmentação de audiências” e apenas 17% dos docentes concordar. Tendo presente a constante evolução tecnológica e a necessidade de acompanhar as tendências da planificação de meios é algo surpreendente que os docentes não considerem esta componente mais importante.

Em suma, apesar da opinião muito consensual entre docentes e profissionais quanto à importância das 11 características enunciadas podem-se encontrar pequenas *nuances* no ranking de cada grupo de entrevistados. A lista de características pode ser ordenada com base nas respostas de ambos os grupos, ressaltando-se que todos os itens foram considerados importantes, mesmo os que constam do final da lista. Esta lista é apresentada no Apêndice A.

b) Nível de preparação do recém-licenciado em Relações Públicas

Ao contrário da alínea anterior verificam-se bastantes discrepâncias de opinião entre profissionais e docentes quanto ao nível de preparação do recém-licenciado/estagiário à entrada no mercado de trabalho. Segundo os docentes inquiridos os alunos possuem moderada ou bastante

³ Os dados referentes a cursos e vagas do ensino superior foram obtidos no portal governamental oficial de Acesso ao Ensino Superior: <http://www.acessoensinosuperior.pt/> (acedido em Julho de 2007).

preparação em 6 dos 9 itens indicados, pois apenas em relação à “Apresentação e expressão em público”, “Análise de audiências” e “Juízo ético” foram considerados pouco ou nada preparados. Já a opinião dos profissionais é inversamente proporcional na medida em que, a maioria dos inquiridos considera que os recém-licenciados possuem pouca ou nenhuma preparação em 6 dos 9 itens enumerados. “Aplicação da teoria das RP”, “Novas Tecnologias” e “Juízo ético” são as variáveis em que os profissionais consideram que os recém licenciados têm melhor preparação aquando o primeiro contacto com a profissão.

A análise da variável “Juízo ético” é a mais exemplificativa da oposição de opiniões. De facto, é curioso que 57% dos profissionais considerem que os recém-licenciados apresentam uma preparação “moderada ou boa” para desenvolverem “Juízo ético” enquanto que, apenas 27 % do grupo de docentes os consideram moderadamente preparados. O facto de 64% dos docentes ver os seus ex-alunos pouco ou mesmo nada preparados para desenvolverem juízos éticos quando enveredam na profissão levanta duas questões fulcrais. Por um lado, coloca a dúvida sobre qual o relevo que é dado actualmente à questão ética no currículo de ensino superior, como se tentará analisar de seguida e por outro, faz necessariamente reflectir sobre qual o tipo de profissionais que se estão a formar para o mercado de trabalho.

No geral, a análise dos dados leva-nos a concluir que os profissionais são mais críticos do que os docentes quanto ao grau de preparação do recém-licenciado para iniciar a vida activa. A opinião dos dois grupos só é consensual quanto à fraca preparação dos alunos no que se refere à “Análise de audiências” e “Apresentação em Público”. Os docentes são muito mais optimistas quanto ao grau de preparação dos alunos para o mercado de trabalho, uma posição que só é subscrita pelos profissionais no que se refere à “Aplicação da teoria das RP” e à utilização das “Novas Tecnologias”. Paradoxalmente, uma vez que como se verá a seguir, as novas tecnologias não foram consideradas fulcrais para a formação superior em RP, a maior percentagem de opiniões sobre o elevado grau de preparação do recém-licenciado quando entra na vida profissional recaiu mesmo nesta última variável.

c) O elenco curricular da licenciatura em Relações Públicas

Através da revisão bibliográfica e da análise dos diferentes currículos em vigor no ensino superior português foi criada uma lista com as 25 disciplinas ou áreas de estudo consideradas centrais para a formação em RP. Os inquiridos foram desafiados a classificar as disciplinas por grau de importância e, ao mesmo tempo, para opinarem sobre o relevo curricular que lhes é atribuída individualmente no currículo actual da licenciatura em Ciências da Comunicação/RP.

Através da análise das disciplinas assinaladas com “bastante ou muitíssimo importante” com mais de 50% de respostas consegue-se determinar a lista das 10 disciplinas centrais (Apêndice B). “Gestão e comunicação de crise, assessoria de imprensa, planificação de estratégias de comunicação, comunicação interna” são as 4 disciplinas ou áreas de estudo consideradas mais importantes e que coincidem na opinião de docentes e profissionais. O consenso mantém-se quanto às disciplinas menos importantes uma vez que os dois grupos de inquiridos dão pouca importância a “Produção Rádio/TV; Fotografia/Cinema; Design/Artes Gráficas e Web Design” na formação em RP.

Se se compararem os dados obtidos sobre as disciplinas mais importantes com os dados relativos à percepção que os inquiridos têm sobre o relevo que é dado nos currículos vigentes verificam-se claras divisões de opinião não só na comparação docentes/profissionais mas em especial entre os diferentes grupos de profissionais. Por exemplo, 50% dos docentes, dos profissionais de empresas e dos profissionais de Câmaras Municipais considera que é dado suficiente relevo ao estudo da “Assessoria de imprensa” enquanto que apenas 31% dos profissionais de Agências de Comunicação concorda; 58% dos docentes, 68% dos profissionais de agências e 41%

dos profissionais de Câmaras municipais pensa que é dado pouca importância ao ensino “da Gestão e Comunicação de Crise” enquanto que apenas 16% dos profissionais de empresas são da mesma opinião. Talvez fosse interessante investigar o porquê do grupo das agências de comunicação integrar profissionais mais cépticos sobre a qualidade do currículo de ensino superior.

Além da “Gestão e Comunicação de crise”, as disciplinas em que se detecta maior desfasamento sobre a sua importância para a formação em RP e a percepção do relevo que lhe é atribuído actualmente nos currículos de ensino superior são “Comunicação política” e “Estratégias de Lobby”. Os dados mostram que 79% dos docentes e 53% dos profissionais considera a “comunicação política” muitíssimo importante para a formação superior em RP e que, paralelamente, 79% dos docentes e 49% dos profissionais pensa ser-lhe atribuída pouca importância nos currículos actuais.

d) Critérios que caracterizam a profissão de RP

Através da análise das respostas sobre a lista de 7 critérios que com base na revisão bibliográfica se definiram como fundamentais para a profissão de RP sobressai o consenso quanto à importância de “Seguir um Código deontológico”, “Servir o interesse público” e “Providenciar um serviço único”. Curiosamente, comparando os dados dos 3 grupos de profissionais sobressai uma menor percentagem de respostas do grupo “Empresas” ao critério “Servir o interesse público”. Este facto mostra a necessidade de reflectir sobre até que ponto estes profissionais enfrentam maiores dilemas morais quanto ao dever para com o empregador e para com a sociedade, ou o interesse público.

“Ser membro de organizações profissionais” é o critério considerado claramente menos importantes para todos os inquiridos. Uma interpretação possível para este facto pode ser encontrado na juventude da profissão e conseqüente falta de corporativismo.

O facto de se ter solicitado uma ordenação dos critérios e não uma quantificação de cada critério produz dificuldades na interpretação das respostas uma vez que, como alguns inquiridos enfatizaram, todos os critérios são importantes e devem ser seguidos pelo bom profissional. Desenvolver uma nova investigação no futuro sobre o que caracteriza o profissionalismo em RP impõe-se pela pertinência.

Conclusão

Os resultados indicam que ambos os grupos inquiridos, docentes e profissionais, estão de acordo sobre o perfil ideal de um licenciado em Comunicação/RP quanto às suas competências técnicas e características profissionais. Também é visível consenso na análise do elenco curricular, sobretudo quanto à necessidade premente de atribuir maior relevo a conteúdos como “Gestão e comunicação de crise, Estratégias de Lobby e Comunicação política”. Por outro lado, apesar de ambos os grupos de inquiridos concordarem sobre os principais critérios que podem permitir elevar o estatuto profissional das relações públicas (seguir um código deontológico, servir o interesse público e providenciar um serviço único) a percentagem de profissionais que considera os licenciados preparados para entrar no mercado de trabalho é consideravelmente mais baixa do que a dos educadores.

Uma das conclusões mais importantes a retirar deste estudo incide necessariamente sobre o contributo da educação superior em RP para o crescimento da profissão uma vez que, se detectam muitos pontos comuns entre professores e profissionais sobre a importância das questões equacionadas ao longo deste estudo sobre o ensino das RP.

É também de realçar que os inquiridos apontaram consensualmente as Ciências da Comunicação como a mais correcta localização científica para uma licenciatura em RP, com apenas 21% dos docentes e 16% dos profissionais a referirem o Marketing como 2ª opção. Questionados

ainda sobre qual a área de pós-graduação mais relevante para um profissional de RP que pretenda prosseguir estudos, 79% docentes e 76% profissionais apontaram claramente a especialização em diferentes ramos das RP, seguindo-se muito de longe, mais uma vez, pelo Marketing. Talvez no futuro fosse interessante alargar o estudo a docentes da área do Marketing para perspectivar a sua opinião sobre o ensino das RP e compará-la com os dados aqui alcançados.

Referências

- Agee, W. K., P.H. Ault and D.L. Wilcox (1992). *Public Relations Strategies and Tactics*. New York: HarperCollins, College Publishers.
- Berkowitz, D. e I. Hristodoulakis. (1999). Practitioner Roles, Public Relations Education, and Professional Socialization: An Exploratory Study. *Journal of Public Relations Research*, 11(1): 91-103.
- Falb, R. A. (1992). The Place of Public Relations Education in Higher Education: another opinion. *Public Relations Review*, 18 (1): 97-101.
- Gonçalves, G. (2006). A dupla face de Janus: a ética das relações públicas como fonte de identidade da profissão. Paper apresentado no IX Congresso Iberoamericano de Comunicação (IBERCOM), Sevilha.
- Grunig, James. E. (1989). Teaching Public Relations in the future. *Public Relations Review*, 19 (4): 311-13.
- Hainsworth, B.E. (1993). Commentary: Professionalism in Public Relations. *Public Relations Review*, 19 (4): 311-13.
- Heath, R.L. (1991). Public Relations Research and Education: Agendas for the 1990s. *Public Relations Review*, 17(2): 185-94.
- Kinnick, K.N. e G. T. Cameron. (1994). Teaching Public Relations Management: The Current State of the Art. *Public Relations Review*, 20 (1): 73-88.
- Kruckeberg, D. (1998). The Future of PR Education: Some Recommendations. *Public Relations Review*, 24 (2): 235-48.
- Pratt, C.A. e T.L. Rentner. (1989). What's really being taught about Ethical Behaviour. *Public Relations Review*, 14 (1): 53-66.
- Sallot, L. M., G.T. Cameron and R.A. Lariscy (1997). Professional Standards in Public Relations: A Survey of Educators. *Public Relations Review*, 23 (3): 197-216.
- Sallot, L.M. (1998). Pluralistic Ignorance and Professional Standards: Underestimating Professionalism of Our Peers in Public Relations. *Public Relations Review*, 24 (1): 1-19.
- Sriramesh, K. e L.B. Hornaman (2006). Public Relations as a Profession. *Journal of Creative Communications*, 1 (2): 156-172.
- Turk, J.V. (1989). Management Skills Need to be Taught in Public Relations. *Public Relations Review*, 14(1): 38-52.
- Van Leuven, J. (1989). Practitioners Talk about the State of PR Education. *Public Relations Review*, 14 (1): 5-24.
- Wylie, F.W. (1994). Commentary: Public Relations is not yet a profession. *Public Relations Review*, 20 (2): 1-3.

Apêndice A

"Perfil ideal de um Licenciado em Ciências da Comunicação/RP:
competências técnicas e características pessoais"

Ranking	Docentes	Profissionais
1	Domínio da língua portuguesa escrita e oral	Domínio da língua portuguesa escrita e oral
2	Sensibilidade na comunicação interpessoal	Sensibilidade na comunicação interpessoal
3	Competência na planificação de estratégias de comunicação	Eficiência na produção de mensagens escritas em diferentes meios
4	Facilidade de apresentação e comunicação em público	Competência na planificação de estratégias de comunicação
5	Eficiência na produção de mensagens escritas em diferentes meios	Pró-actividade na resolução de problemas e negociação de conflitos
6	Pró-actividade na resolução de problemas e negociação de conflitos	Facilidade de apresentação e comunicação em público
7	Domínio das técnicas de análise e segmentação de audiências	Fluência em inglês ou em outra língua estrangeira
8	Fluência em Inglês	Capacidade de liderança
9	Pensamento crítico	Pensamento crítico
10	Fluência em inglês ou em outra língua estrangeira	Fluência em inglês
11	Capacidade de liderança	Domínio das técnicas de análise e segmentação de audiências

APÊNDICE B

“Formação superior em Ciências da Comunicação/RP:
disciplinas e áreas de estudo fundamentais”

Ranking	Docentes	Profissionais
1	Gestão e comunicação de crise	Língua estrangeira
2	Assessoria de Imprensa	Comunicação interna
3	Cultura/filosofia organizacional	Gestão e comunicação de crise
4	Ciências Sociais	Assessoria de imprensa
5	Jornalismo	Planificação de estratégias de comunicação
6	Publicidade	Ética da Comunicação
7	Língua estrangeira	Marketing
8	Marketing	Deontologia das RP
9	Planificação de estratégias de comunicação	Jornalismo
10	Comunicação interna	Técnicas de Pesquisa